

Revista Economia & Tecnologia (RET)

Volume 8, Número 2, p. 103-116, Abr/Jun 2012

Uma análise do padrão de especialização comercial da Argentina

*Virginia Laura Fernández***Marcelo Curado***

Resumo: Este artigo analisa o padrão de especialização comercial argentino no período compreendido entre o início da década de 1990 e 2010. Os resultados obtidos são comparados com as evidências para o Brasil por Porcile, Curado e Cruz (2011). Enquanto no Brasil há um processo de (re)primarização e de redução da intensidade tecnológica das exportações, na Argentina há um acréscimo nas exportações industriais com elevação da participação dos setores de média-alta tecnologia e queda das exportações de baixa tecnologia.

Palavras-chave: Economia latino-americana; Especialização comercial; Argentina.

Classificação JEL: F10; 054.

* Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de Rosario (UNR) e Membro da Asociación de Economía para el Desarrollo de la Argentina (AEDA). Endereço eletrônico: virginialaurafernandez@yahoo.com.ar.

** Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pesquisador do Programa Cátedras para o Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Endereço eletrônico: curado@ufpr.br.

1 Introdução

A ideia de que no longo prazo o crescimento econômico é limitado pelo desempenho competitivo e pela emergência de desequilíbrios comerciais não é nova e tem forte tradição na América Latina. Os trabalhos de Raul Prebisch e da tradição cepalina desde os anos cinquenta já colocavam o baixo dinamismo exportador - e a elevada propensão a importar - como a principal limitante à obtenção de taxas mais altas de crescimento nos países em desenvolvimento. Na tradição de Harrod, Kaldor e Seers, o comportamento assimétrico das elasticidades-renda das exportações e importações era visto como um determinante fundamental da taxa de crescimento relativa das distintas economias, num sistema internacional interligado por fluxos de capital, comércio e tecnologia. Posteriormente, a chamada Lei de Thirlwall consolidou um arcabouço formal a essas ideias e contribuiu para o desenvolvimento de novos modelos que enfatizam o papel da competitividade externa como determinante-chave do crescimento sustentável no longo prazo.

Na mesma linha, a literatura schumpeteriana se preocupou com a microeconomia dos processos de aprendizado e de mudança estrutural. Esses autores mostram que as elasticidades têm uma estreita relação com o padrão de especialização e a com a estrutura produtiva. Essa estrutura por sua vez tem fortes componentes associados à trajetória anterior (*path dependency*) e à dinâmica do hiato tecnológico, isto é, com a diferente velocidade com que inovação e difusão internacional de tecnologia avançam nos distintos países. Essas diferenças explicam como a inserção internacional de cada país muda no tempo, como se altera a competitividade internacional - em particular a competitividade não relacionada a preços, ou competitividade sistêmica, baseada em conhecimentos e capacidades tecnológicas-, e como isso afeta as taxas relativas de crescimento. Círculos virtuosos de transformação estrutural e de expansão das exportações, investimento e aprendizado podem emergir, consolidando posições diferentes no sistema internacional, e gerando também taxas diferentes de aumento da produtividade. O quadro geral que surge nessa perspectiva não é de convergência, mas de divergência crescente em alguns casos, e em outros casos de persistência dos diferenciais nos níveis de renda *per capita*. Em nenhum caso pode-se falar de um processo natural ou automático de redução das distâncias de tecnologia e de renda *per capita*.

Neste contexto teórico, a análise da estrutura produtiva e da inserção externa torna-se essencial na definição da trajetória de crescimento de longo prazo da economia. Porcile, Curado e Cruz (2011) promovem, a partir deste referencial teórico, uma análise da inserção externa brasileira. O trabalho conclui que as tendências recentes, sobretudo o aumento do peso de *commodities* e a redução da participação de setores de maior intensidade tecnológica nas exportações devem ser vistos com preocupação.

A melhora nos termos de troca e as entradas de capital em níveis significativos que se registram nesses anos (tanto de capital de curto prazo como de capital mais volátil) geraram

um processo de valorização do real com efeitos negativos sobre setores exportadores de média ou alta intensidade tecnológica. O padrão de demanda da China contribuiu nesse sentido, já que se concentrava em recursos naturais e matérias-primas. Há efeitos positivos na expansão do comércio, mas não se deve perder de vista o perfil das exportações brasileiras. A perda de capacidades tecnológicas e produtivas associadas à retração dos setores de média e alta tecnologia pode não ser facilmente recuperável se mudam as condições externas no futuro. Um menor dinamismo tecnológico combinado com maior dependência de entradas de capital implicam uma maior vulnerabilidade para o Brasil. Um período de rápido crescimento mundial e de bonança nunca deve ser visto como uma maldição, mas como uma oportunidade para utilizar os recursos de forma prudente e olhando o longo prazo. Para isso é necessária uma maior atenção à valorização cambial e seus efeitos sobre o perfil produtivo. É necessário lembrar que os preços internacionais estão sujeitos a mudanças, existem ciclos bastante marcados que não permitem apostar apenas aos recursos naturais. Mais ainda, os grandes atores entre os emergentes, aqueles que de fato criaram essa nova distribuição do comércio e das reservas globais, são precisamente os países asiáticos, aqueles que mais têm apostado na transformação de suas estruturas produtivas. Uma política de longo prazo nos campos cambial e tecnológico não deveria esquecer esse exemplo. (Porcile; Curado; Cruz, 2011).

O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve discussão sobre a inserção externa argentina para o período compreendido entre 1994/2010. Após esta breve introdução, realiza-se na Seção 2 a análise da evolução da inserção externa argentina com foco no comportamento das transações comerciais. A Seção 3 é dedicada à apresentação das considerações finais do trabalho em que se promovem algumas comparações com o caso brasileiro apresentado em Porcile, Curado e Cruz (2011).

2 Evolução da inserção externa da Argentina

Nesta seção analisamos a evolução do padrão de inserção externa da economia argentina e sua relação com a estrutura produtiva. Um dos pressupostos da análise, tal como apresentado na introdução, é que a estrutura produtiva é a matriz a partir da qual se define e constitui a inserção externa de cada país. Outro pressuposto é que, pela Lei de Thirwall, a evolução das elasticidades-renda e preços de exportação e importação são elementos-chave para interpretar-se as potencialidades do crescimento econômico no longo prazo, assim como as de consumo de um país. Importa dizer, também, que subjaz a essa pesquisa a constatação, de caráter estruturalista/cepalina, que a estrutura produtiva e a inserção externa se autorreforçam com a geração de valor agregado, emprego e distribuição de renda. Neste sentido, este enfoque

afirma ser necessária, para um crescimento econômico sustentável no tempo, a existência de uma estrutura produtiva sofisticada e diversificada, na qual os setores produtivos (industriais) gerem altos níveis de valor agregado, emprego, e seja possível um processo de distribuição de renda.

A estrutura produtiva e exportadora argentina conformou-se em sintonia com as grandes transformações sucedidas a nível mundial. Em breve síntese, podemos dizer que a atividade industrial argentina iniciou-se no fim do século XIX acompanhando o modelo “agroexportador”. A Argentina agroexportadora durou até os anos 30 do século XX e logo foi substituindo seu padrão de comércio, onde a indústria ganhou algum espaço. É característico da matriz industrial da época tanto a substituição de importações quanto a expansão de alguns setores industriais pesados, nos quais a indústria nacional alcançou competitividade internacional. Apesar disso, a indústria argentina não logrou consolidar-se plenamente em razão da liberalização da economia operada a meados dos anos 70 pelos governos militares. Neste primeiro estágio de liberalização houve a abertura indiscriminada da economia, liberalização financeira, um forte aniquilamento do aparelho de ciência e tecnologia e a destruição da matriz industrial ainda em formação (Kosacoff, 1993).

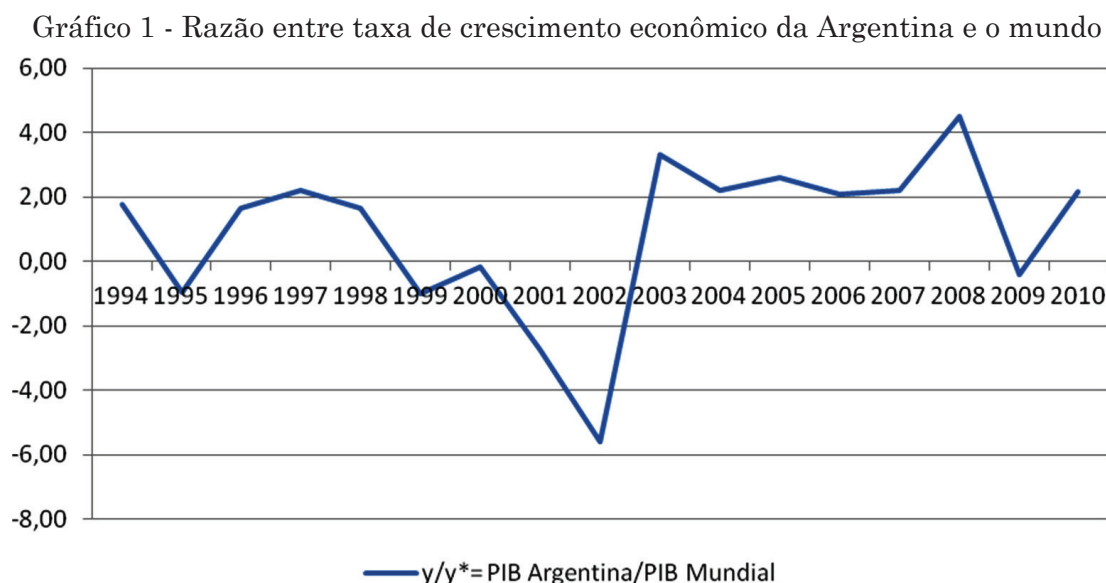
A partir do último quarto do século XX, a desarticulação produtiva se acentuou ainda mais. A instabilidade macroeconômica da década de oitenta e a instauração do Plano de Conversibilidade¹ durante os anos 90 marcaram o final do século. Neste período, o índice de trabalhadores ocupados na indústria, por exemplo, passou de 119,2 em 1974 para 73 em 1982, chegando a 2002 com somente 35,7 (Español, 2010). Foi nessa época que o país recebeu grandes lauréis pela aplicação perfeita das políticas neoliberais do Consenso de Washington. O padrão de comércio apresentava um grande crescimento das importações de bens de consumo e pequeno de bens de capital para a indústria, esvaziando a economia real.

Desde 2003, no entanto, esta tendência vem se revertendo. Vale lembrar que a Argentina possui taxas de crescimento positivas desde 2003, e em forma contínua até 2010, quando alcança taxas de entre 8,5% e 9% de crescimento anual, o que é quase o dobro da média mundial. A despeito da queda nos anos de 2008 e 2009, podemos constatar que a relação positiva para o país se estabilizou no período. Aliás, essa queda pode ser explicada antes - e com mais propriedade - pela grande aceleração relativa da taxa de crescimento da Argentina até o ano 2008 e o retorno em 2010 a esse patamar, do que por uma queda na relação. E não é só isso. Importa sublinhar que a Argentina foi um dos poucos países no mundo que não teve queda na taxa de crescimento em 2009, apesar da forte crise iniciada em 2007, que fez a economia mundial retroceder antes que ela e com muito mais intensidade.

Os avanços recentes podem ser observados no Gráfico 1 que exhibe a razão

¹ A lei da Conversibilidade estabelecia, a partir de 1º de abril de 1991, uma relação cambial fixa de um peso conversível argentino por um dólar estadunidense. Também estabelecia a exigência de reservas de divisas a respaldar a emissão de moeda. A lei tinha como objetivo principal estabilizar a economia e eliminar a hiperinflação dos anos 80, tendo sido sancionada pelo presidente Menem e idealizada pelo Ministro da Fazenda Domingo Cavallo. O resultado foi um desemprego de 18,3% ao final de uma década, além de um saldo de 57,6% da população vivendo na pobreza, dentre os quais 28% em situação de extrema pobreza.

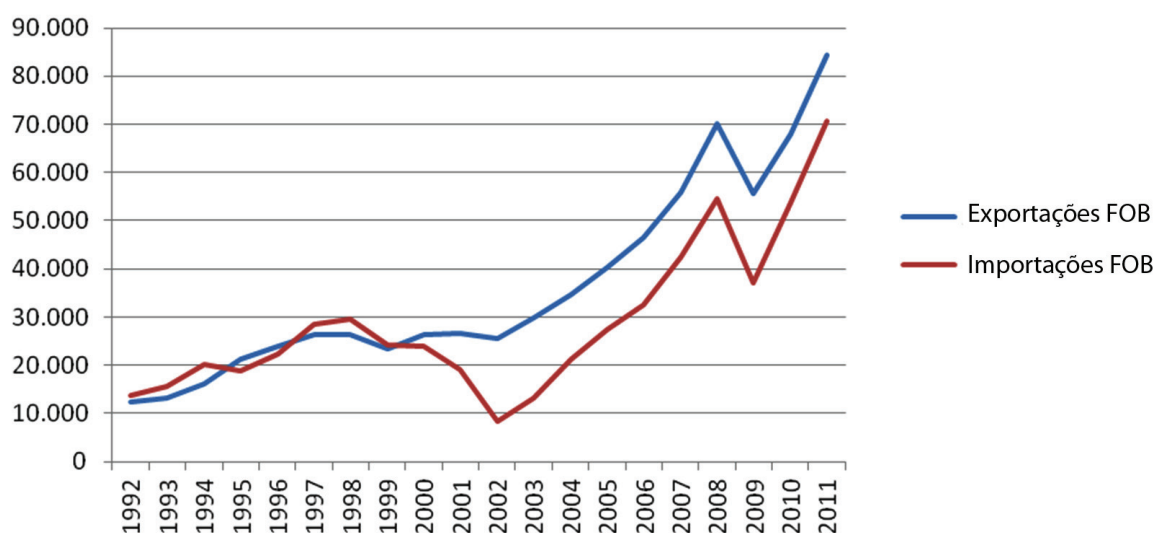
entre a taxa de crescimento econômico da Argentina em relação ao mundo. Fica explícita a melhora observada a partir de 2003, sobretudo quando comparada aos anos do projeto neoliberal e da mal sucedida conversibilidade.



Fonte: Banco Mundial (2011).

Em alguma medida, este processo de expansão econômica deve ser creditado a melhora verificada em suas transações comerciais. O Gráfico 2 apresenta a evolução das exportações e das importações argentinas entre 1992 e 2011.

Gráfico 2 - Exportações (FOB) e importações (FOB) argentinas (1992-2011), US\$ milhões

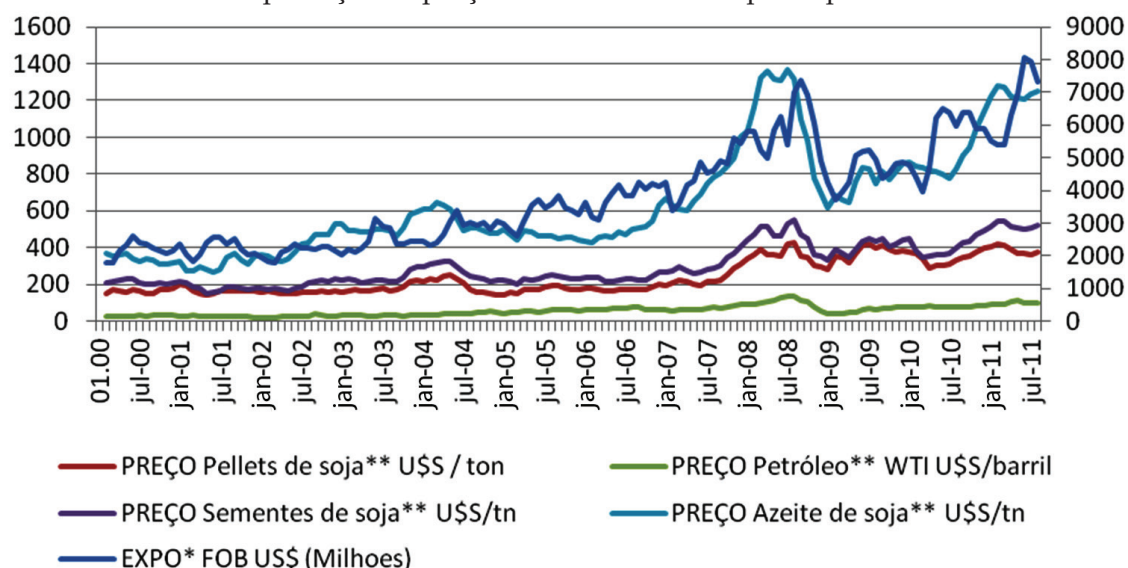


Fonte: INDEC (2012).

Após o ano de 2000 o país passou a registrar sistematicamente superávits comerciais significativos. Entre 2002 e 2011, em média, a Argentina obteve superávits comerciais de US\$ 14,9 bilhões. A melhora é fruto de um conjunto

de fatores, com destaque para: a) um mercado internacional de *commodities* dinamizado e com preços altos; b) a desvalorização do câmbio; e c) novas estratégias de intervenção do setor público.

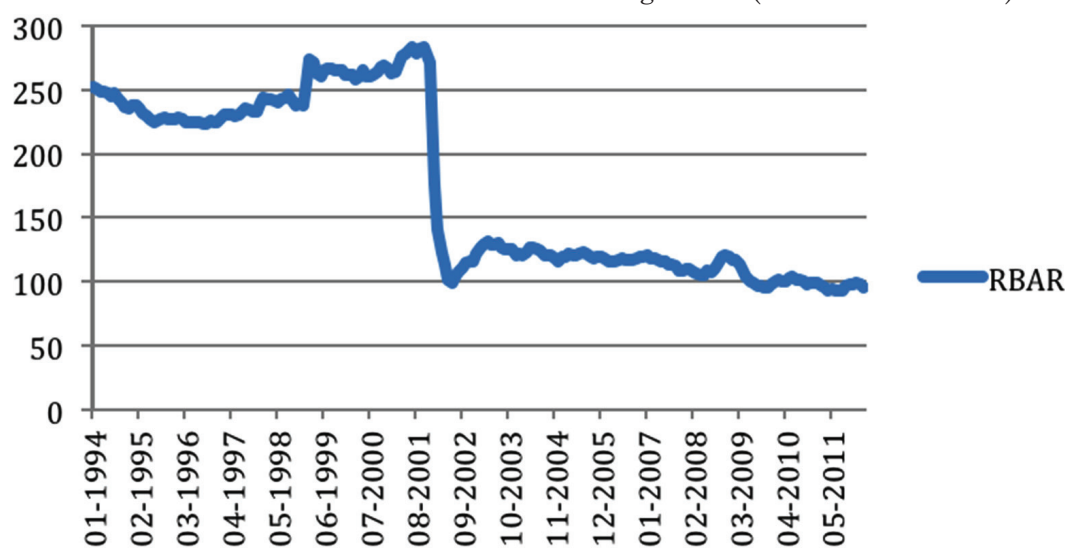
Gráfico 3 - Exportações e preço internacional das principais *commodities*



Fonte: (*) INDEC (2011); (**) CEP em base a Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación - Argentina, FMI, Banco Mundial e Nações Unidas.

O Gráfico 3 revela que a evolução das exportações foi influenciada pelo comportamento dos preços internacionais das principais *commodities* comercializadas, especialmente as relacionadas com o complexo soja. O comportamento da taxa de câmbio é outro elemento importante para a discussão. O Gráfico 4 apresenta a evolução mensal do índice de taxa de câmbio efetiva real (2010=100) calculado pelo BIS.

Gráfico 4 - Taxa de câmbio real efetiva Argentina (1994:01 a 2011:12)



Fonte: BIS (2012).

Como pode ser observado, após o fim da conversibilidade ocorreu um profundo processo de desvalorização do peso. No entanto, o aspecto central que merece destaque é que, mesmo num contexto de valorização das moedas dos países emergentes, a moeda argentina foi sustentada - ao longo do período como um todo - em patamares próximos aos verificados após o fim da conversibilidade. A Argentina não permitiu, portanto, como outros países da região, que as condições do mercado fossem traduzidas em alterações mais profundas no valor de sua moeda.

É interessante notar que enquanto o crescimento da economia argentina ampliava sua brecha com relação ao mundo (2003/2010), a taxa de câmbio foi mantida depreciada. O primeiro momento da depreciação foi a partir da crise de finais de 2001, que derivou na saída da conversibilidade monetária. Logo depois, a taxa de câmbio sofreu algumas leves variações até alcançar um patamar que tornasse viável a indústria nacional, chegando ao final da série com um valor mais alto, ou mais depreciado.

Neste momento, é importante discorrer sobre as mudanças que vêm acontecendo no mundo e que determinam tanto os novos padrões de produção como de consumo. São dois os aspectos que serão fundamentalmente abordados. Devemos interpretar quais são os países que exportam e importam no mundo e também quais os tipos de bens exportados e importados.

Com relação ao primeiro ponto, é relevante o fato de que os Estados Unidos e a China vêm mudando seus lugares na arena comercial. Enquanto os Estados Unidos vem reduzindo sua participação nas exportações e importações mundiais, a China vai na direção oposta e ganha peso relevante tanto nas exportações como nas importações mundiais. Outros novos jogadores de peso são a Índia, Rússia e o Brasil, no marco dos BRICS. Além disso, é significativo o aumento da participação de países da Ásia, África, Oriente Médio e América do Sul e Central, em detrimento do peso da América do Norte e Europa.

Neste sentido, merece destaque o fato de que o peso populacional de países como China, Índia e Rússia amplifica-se com o aumento do consumo acompanhado do fortalecimento da produção de bens industrializados. Esses são fatores que estão influenciando fortemente na dinâmica do comércio internacional, ainda mais quando se tem em conta que o aumento populacional e do produto interno desses países foi superior à média mundial.

As consequências disso nas economias latino-americanas e em especial na Argentina e no Brasil, podem ser visualizadas, claramente, na modificação ocorrida na balança comercial, nas variáveis origem e destino. As exportações argentinas por país de destino são apresentadas na Tabela 1. Nela vemos que o Brasil mantém, durante o período 1995-2011, seu lugar como principal destino das exportações, alcançando mais que a quinta parte das vendas externas totais. Por sua vez, os Estados Unidos ocupavam, no início da série, o segundo lugar nas exportações; os países de América do Sul alcançavam 40% das mesmas.

Tabela 1 - Exportações argentinas por países
de destino - participação (%) e total (US\$ - em milhões)

2011/6 M		2010		2009		2008		2007	
1 Brasil	21,4	1 Brasil	21,6	1 Brasil	20,8	1 Brasil	19,4	1 Brasil	19,1
2 China	6,0	2 China	8,7	2 Chile	8,0	2 China	9,3	2 China	9,4
3 Chile	5,3	3 Chile	6,7	3 China	6,7	3 EUA	7,4	3 Chile	7,6
4 EUA	4,5	4 EUA	5,3	4 EUA	6,3	4 Chile	6,9	4 EUA	7,5
5 Espanha	3,5	5 Países Baixos	3,5	5 Países Baixos	4,4	5 Países Baixos	4,3	5 Espanha	3,8
6 Países Baixos	3,4	6 Espanha	3,4	6 Espanha	3,4	6 Espanha	4,0	6 Países Baixos	3,3
7 Alemanha	3,0	7 Alemanha	2,7	7 Uruguai	2,9	7 Uruguai	2,6	7 México	2,6
8 Canadá	2,7	8 Itália	2,4	8 Itália	2,7	8 Itália	2,5	8 Itália	2,5
9 Itália	2,6	9 Uruguai	2,3	9 Alemanha	2,5	9 Alemanha	2,2	9 Alemanha	2,3
10 Uruguai	2,5	10 Irã	2,2	10 Venezuela	1,9	10 Venezuela	2,1	10 Venezuela	2,1
Part. soma	55,0	Part. soma	58,7	Part. soma	59,7	Part. soma	60,6	Part. soma	60,2
Total	38312,6	Total	66893,2	Total	54775,0	Total	68591,0	Total	55025,2

2006		2005		2004		2003		2002	
1 Brasil	17,8	1 Brasil	15,9	1 Brasil	16,4	1 Brasil	16,0	1 Brasil	19,1
2 Chile	9,6	2 Chile	11,3	2 Chile	11,2	2 Chile	12,1	2 Chile	11,7
3 EUA	8,8	3 EUA	11,3	3 EUA	10,9	3 EUA	11,5	3 EUA	11,4
4 China	7,6	4 China	8,0	4 China	7,7	4 China	8,5	4 Espanha	4,5
5 Espanha	4,0	5 Espanha	3,9	5 Espanha	4,0	5 Espanha	4,8	5 China	4,3
6 México	3,3	6 Países Baixos	3,4	6 Países Baixos	3,6	6 Países Baixos	3,8	6 Países Baixos	4,1
7 Países Baixos	3,2	7 México	2,9	7 México	3,0	7 Itália	3,2	7 Itália	3,4
8 Uruguai	2,6	8 Itália	2,5	8 Itália	2,8	8 México	2,7	8 México	2,6
9 Alemanha	2,5	9 Alemanha	2,2	9 Alemanha	2,1	9 Alemanha	2,5	9 Alemanha	2,4
10 Itália	2,4	10 Uruguai	2,1	10 Uruguai	1,9	10 Índia	1,9	10 Uruguai	2,1
Part. soma	61,7	Part. soma	63,7	Part. soma	63,7	Part. soma	66,9	Part. soma	65,5
Total	45756,5	Total	39737,8	Total	34160,5	Total	29225,6	Total	25387,9

2001		2000		1999		1998		1997	
1 Brasil	23,6	1 Brasil	26,9	1 Brasil	24,7	1 Brasil	30,4	1 Brasil	31,1
2 Chile	10,9	2 EUA	11,9	2 EUA	11,4	2 EUA	8,4	2 EUA	8,3
3 EUA	10,8	3 Chile	10,3	3 Chile	8,1	3 Chile	7,1	3 Chile	7,4
4 China	4,3	4 Espanha	3,5	4 Países Baixos	4,4	4 Países Baixos	4,2	4 Países Baixos	3,4
5 Espanha	4,2	5 Uruguai	3,2	5 Espanha	4,2	5 Uruguai	3,2	5 China	3,3
6 Itália	3,3	6 China	3,1	6 Uruguai	3,6	6 Espanha	3,2	6 Uruguai	3,2
7 Países Baixos	3,1	7 Países Baixos	2,9	7 Itália	3,0	7 Itália	2,9	7 Itália	2,8
8 Uruguai	2,8	8 Itália	2,8	8 Alemanha	2,7	8 China	2,6	8 Irã	2,5
9 Paraguai	1,9	9 Paraguai	2,3	9 Paraguai	2,4	9 Japão	2,5	9 Paraguai	2,4
10 México	1,9	10 Alemanha	2,3	10 Japão	2,3	10 Paraguai	2,4	10 Espanha	2,4
Part. soma	66,6	Part. soma	69,2	Part. soma	66,7	Part. soma	66,9	Part. soma	66,7
Total	26221,5	Total	25995,4	Total	23044,1	Total	26185,9	Total	26179,1

1996		1995	
1 Brasil	27,8	1 Brasil	26,2
2 EUA	8,2	2 EUA	8,4
3 Chile	7,4	3 Chile	7,0
4 Países Baixos	5,2	4 Países Baixos	5,7
5 Espanha	3,1	5 Itália	3,5
6 Uruguai	3,1	6 Espanha	3,4
7 Itália	3,0	7 Uruguai	3,2
8 Irã	2,7	8 Alemanha	3,1
9 China	2,6	9 Paraguai	3,0
10 Paraguai	2,5	10 Irã	2,4
Part. soma	65,4	Part. soma	65,9
Total	23790,6	Total	20962,2

Fonte: ALADI em base a INDEC (2011).

O surgimento da China como um dos dez principais compradores do país ocorreu em 1996, com a participação de 2,6%. Já em 2001, a China duplica essa participação e em 2007 supera os Estados Unidos como destino das exportações. Por fim, mencione-se que o Chile é um parceiro relevante, que mantém o terceiro lugar no ranking das exportações nacionais desde o início da série. A Rússia e a Índia nunca ocuparam um lugar de destaque nas vendas argentinas, mas vêm tendo uma participação crescente. É notável que no período de análise tenham passado de 0,4% e 0,7%, respectivamente, na participação das exportações a 1,1% e 1,5%.

Assim, em 2011 os quatro principais compradores de bens e serviços argentinos eram - em ordem de importância - Brasil, China, Chile e Estados Unidos, perfazendo entre todos 37% da demanda externa.

Por sua vez, os dados relativos ao tipo de bens que compõem a balança comercial são apresentados na Tabela 2. Um dado significativo é a variação das exportações de manufaturas de origem industrial e a agropecuária. Em 2002, logo após a crise, somavam 61,3% do total; em 2011, as exportações desses bens chegaram a 67,4%. O crescimento foi constante ao longo do período. Isto é interessante sobretudo pelo fato de que a alta dos preços internacionais das *commodities* poderia ter gerado efeito contrário, conduzindo os combustíveis e bens primários ao topo da balança.

Tabela 2 - Exportações argentinas por grandes grupos (%)

Ano	US\$ milhões FOB	Primários	Manufatura agropecuária	Manufatura industrial	Combustíveis
1994	15.838,8	23,6	36,7	29,3	10,4
1995	20.962,2	23,0	35,7	31,0	10,3
1996	23.809,4	24,4	35,4	27,2	13,0
1997	26.429,7	21,6	34,4	31,5	12,4
1998	26.441,0	25,0	33,1	32,6	9,3
1999	23.332,7	22,2	35,1	29,8	12,9
2000	26.341,0	20,3	29,9	31,2	18,6
2001	26.610,1	22,9	28,0	31,2	18,0
2002	25.650,6	20,6	31,7	29,6	18,1
2003	29.938,8	21,6	33,4	26,9	18,1
2004	34.575,7	19,8	34,5	27,8	17,9
2005	40.386,8	20,1	32,5	29,7	17,7
2006	46.546,2	18,5	32,8	31,9	16,8
2007	55.980,3	22,3	34,3	31,0	12,4
2008	70.018,8	23,1	34,1	31,5	11,2
2009	55.669,0	16,7	38,1	33,6	11,6
2010	68.265,0	22,2	33,2	35,5	9,1
2011*	63.554,0	25,8	33,6	33,8	6,8

Nota: Os dados dos anos 2005 e 2006 são estimados; * Os valores de 2011 referem-se ao período entre janeiro e setembro de 2011.

Fonte: CEP - Ministério Indústria Argentina em base a INDEC (2011).

Agora, se analisarmos os principais destinos das exportações por grandes grupos, no ano de 2010, veremos na Tabela 3 que Brasil, Chile e Estados Unidos demandaram alta proporção de bens industrializados argentinos, com destaque especial para o primeiro.

No caso do Brasil, o principal parceiro comercial, aproximadamente 70%

das exportações foram de manufaturas de origem industrial e apenas 11,2% foram de bens primários. Os casos do Chile e dos Estados Unidos, embora não sejam tão radicais e favoráveis como o do Brasil, apresentam que, somando-se os dois tipos de manufaturas (industriais e agropecuárias) chega-se a 60% do total exportado. Um elemento de destaque, talvez até de preocupação, seria a relevância da exportação de combustíveis a esses dois países, que quase chega a um terço da demanda.

Tabela 3 - Exportações argentinas por destino por grandes grupos - ano de 2010

País destino	US\$ milhões FOB	Primários	Manufatura agropecuária	Manufatura industrial	Combustíveis
Brasil	14.420,96	1.612,30	1.519,35	9.959,01	1.330,30
	100%	11,2%	10,5%	69,1%	9,2%
Chile	4.492,00	251,55	1.066,88	1.683,34	1.490,24
	100%	5,6%	23,8%	37,5%	33,2%
USA	3.655,78	289,35	993,53	1.195,12	1.177,79
	100%	7,9%	27,2%	32,7%	32,2%

Fonte: Elaboração própria em base INDEC (2011).

De toda forma, vale ressaltar que há uma significativa concentração das exportações de manufatura de origem industrial para um grupo restrito de países, com destaque para o Brasil. Uma redução no nível de atividade destes países ou uma mudança nas relações comerciais pode ter impactos não desprezíveis para o setor exportador industrial argentino. Finalmente, um aspecto central para a literatura neoshumpeteriana diz respeito a intensidade tecnológica da matriz produtiva e de sua pauta exportadora. A Tabela 4 apresenta a composição setorial por intensidade tecnológica das exportações argentinas para o período compreendido entre 1993 e 2011.

Seguindo a classificação da *STAN Indicators* 2003, por meio da qual se diferencia o tipo de produção industrial dependendo da intensidade no uso da tecnologia, vemos que para Argentina, considerando os anos extremos da série, as exportações com maior uso de tecnologia vêm crescendo em participação. Por sua parte, as exportações de produtos não industriais ou com baixa tecnologia reduziram sua participação. Por exemplo, os produtos não industriais passaram de 31,8% das exportações em 1996 a 28% no ano 2010. Cabe destacar que tal tendência decrescente da participação dos produtos não industriais se acentua no ano 2002; e no ano 2009 alcançou-se o nível mais baixo da série, com 23,2%.

Em termos gerais, observa-se que a participação dos setores situados nos polos da escala - os de alta tecnologia e os de baixa tecnologia - perdeu relevância na cesta de exportações. A despeito disso, há dois casos particulares. O primeiro, de produção de instrumentos médicos de precisão, que foi o único entre os de alta tecnologia que melhoraram sua participação nos últimos anos. O segundo diz respeito a um grupo de subsetores de atividades que são de baixa tecnologia e intensivos em trabalho. Em 2010 sua participação nas exportações industriais reduziu-se a menos da metade do que fora em 1996. Esses setores são o de produção têxtil, produção de roupas e acessórios, e o curtido e terminação de couros.

Tabela 4 - Participação (%) dos setores industriais por intensidade tecnológica* na exportação argentina - 1996 a 2010

Setores	1996	1998	2000	2002	2003	2004	2006	2007	2008	2009	2010
Produtos não industriais	31,8	29,7	31,7	30,4	30,1	28,0	25,7	26,6	27,5	23,2	28,0
Produtos industriais*	68,2	70,3	68,3	69,6	69,9	72,0	74,3	73,4	72,5	76,8	72,0
Ind. de alta e média-alta tecnologia (I+II)	17,1	23,1	21,0	19,0	17,5	18,3	21,4	21,5	22,6	23,9	24,5
Ind. de alta tecnologia (I)	0,7	0,6	0,7	0,8	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	0,4
30 Máquinas para oficina, contabilidade e informática	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
32 Equipamentos e aparelhos de rádio, televisão e comunicação	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3
33 Instrumentos médicos de precisão	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3
Indústria de média-alta tecnologia (II)	16,4	22,5	20,2	18,2	17,0	17,6	20,7	20,9	22,0	23,3	24,1
29 Máquinas e equipamento n.e.	2,0	2,2	2,2	2,1	1,7	1,7	1,9	2,1	2,2	2,4	2,1
31 Máquinas e aparelhos elétricos n.e.	0,5	0,8	0,8	0,7	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6
34 Veículos automotores, reboque e semirreboque	7,4	12,2	8,2	6,7	5,2	6,5	9,2	10,0	9,7	10,0	11,9
35 Equipamento de transporte n.e.**	0,6	0,3	1,3	0,5	1,8	0,2	0,8	0,7	1,2	1,2	0,9
24 Substâncias e produtos químicos**	5,9	7,0	7,8	8,3	7,8	8,7	8,2	7,4	8,3	9,1	8,5
Ind. de média-baixa tecnologia (III)	9,6	9,2	12,9	15,2	15,0	15,8	16,6	15,3	13,9	12,6	12,3
23 Fab. de coque, produtos do refino do petróleo	3,2	2,8	5,7	7,0	8,0	8,8	8,2	7,5	6,2	4,2	3,5
25 Produtos de borracha e plástico	1,0	1,2	1,2	1,2	1,0	1,2	1,5	1,3	1,3	1,3	1,3
26 Produtos minerais não metálicos	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4
27 Metais comuns	4,2	4,1	5,1	6,0	5,1	4,8	5,9	5,4	5,4	6,1	6,5
28 Metal, exceto máquinas e equipamentos	0,7	0,6	0,5	0,5	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Ind. de baixa tecnologia (IV)	41,6	38,0	34,4	35,4	37,4	38,0	36,3	36,7	36,1	40,3	35,2
15 Alimentos e bebidas	33,0	30,9	27,1	28,7	31,0	31,5	30,8	31,9	32,3	36,7	31,3
16 Produtos de tabaco	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17 Produtos têxteis	1,2	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
18 Confeção de vestuário, terminação e tintura de peles	0,9	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
19 Curtido e terminação de couros, fab. de produtos de couro	3,9	3,3	3,3	2,8	2,6	2,6	2,2	2,0	1,4	1,3	1,5
20 Produc. de madeira e fab. de produtos de madeira e cortiça	0,4	0,3	0,3	0,5	0,6	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,3
22 Edição e impressão, reprodução de gravações	0,6	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1
36 Móveis e colchões, Ind. manufactureiras n.e.	0,5	0,5	0,9	0,9	0,7	0,6	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
Total exportações	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Nota: * Classificação extraída de: OCDE, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003; ** No item 24 está incluso o 2423 que pertence à Indústria de alta tecnologia; no item 35 incluem-se o 353 que pertence a alta tecnologia e o 351 que pertence à média-baixa tecnologia; n.e.= não especificados nem compreendidos em outra categoria.

Fonte: Elaboração própria em base CEP - Ministério Indústria e Comércio Argentina em base a INDEC (2011).

Outro aspecto a ressaltar é que as atividades de média-alta e média-baixa tecnologia ganharam espaço frente às supramencionadas. Estas atividades aumentaram em 50% sua participação, passando de 26% a quase 37% do total das exportações.

No grupo das atividades de média e alta tecnologia merecem destaque as de produção de veículos automotores, reboques, semirreboques e substâncias e produtos químicos. Diferente foi a trajetória dos setores de transporte e máquinas e equipamentos, que tiveram uma evolução tênue e variável, finalizando a série com valores muito similares aos do começo.

Com relação à exportação de metais comuns, estes foram os que mais crescimento tiveram dentre as atividades de média-baixa tecnologia, acompanhados da produção de coque e refino de petróleo. Finalmente, cabe destacar que os alimentos e bebidas continuam tendo um lugar preponderante na economia nacional. Esse subsetor, que pertence às atividades de baixa tecnologia, ainda conglomerava a terça parte das exportações industriais do país.

3 Considerações finais

A comparação das características do padrão de especialização comercial da Argentina (com foco no comércio) com as evidências encontradas para o Brasil por Porcile, Curado & Cruz (2011) revela tendências distintas entre os países. No Brasil chama atenção o processo de (re)primarização e de redução da intensidade tecnológica da pauta exportadora. Na Argentina, este processo não se verifica. Pelo contrário, como discutido na seção anterior, há um acréscimo, ainda que marginal, na participação das exportações industriais, com destaque para a ampliação da participação dos setores de média-alta tecnologia e queda das exportações de baixa tecnologia.

Ao longo do período, ao contrário do Brasil que experimentou, particularmente a partir de 2004, um processo de valorização de sua moeda, a Argentina manteve o valor do peso flutuando em torno do patamar definido após o fim da conversibilidade, momento em que ocorreu uma acentuada desvalorização da moeda. Após a crise de 2008, este processo foi inclusive ampliado e a moeda, em termos reais, passou a flutuar num patamar inferior ao verificado após o colapso cambial.

Chama atenção a concentração das exportações industriais argentinas num grupo restrito de países, com destaque para a elevada contribuição do Brasil. Uma redução no nível de atividade destes países ou uma mudança nas relações comerciais pode ter impactos não desprezíveis para o setor exportador industrial argentino.

Finalmente, de acordo com o referencial teórico utilizado, pode-se afirmar que a Argentina apresenta, de acordo com a literatura apresentada, um padrão de especialização comercial menos sensível às restrições externas, tendo em vista a manutenção de suas exportações industriais de maior conteúdo tecnológico. Neste sentido, resultaria interessante aprofundar a análise comparativa das estratégias de intervenção governamental implementadas em ambos países durante o período para vislumbrar qual a influência sobre o padrão de especialização.

Referências

- ALADI - Associação Latino-Americana de Integração. (2011). “Exportações argentinas por países de destino - Estatísticas de Comércio Exterior”. URL [on-line]: <http://www.aladi.org/>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.
- Banco Mundial. (2011). “Série história da taxa de crescimento econômico para diversos países”. *World Development Indicators*. URL [on-line]: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.
- Bank for International Settlements. (2011). “Effective exchange rate series”. URL [on-line]: <http://www.bis.org/>. Acesso em: 10 de dezembro, 2011.
- CEP. (2011). “Séries históricas de exportações argentinas por intensidade

- tecnológica”. Ministerio de Industria y Comercio de Argentina. URL [on-line]: <http://www.cep.gov.ar/web/>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.
- CEPAL. (2007). *Progreso técnico y cambio estructural en América Latina*. Santiago: Division of Production, Productivity and Management, United Nations.
- Cimoli, M.; Porcile, G. (2011). “Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralistas”. *Documento para Escuela de Verano CEPAL*, julio.
- INDEC. “Séries históricas do comércio internacional argentino”. URL [on-line]: <http://www.indec.gov.ar/>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.
- Kosacoff, B. (1993). “La industria argentina - un proceso de reestructuración desarticulada”. *Documento de Trabajo* nº53, CEPAL.
- Español, P. (2010). “Con qué vara medir el desempeño industrial?”. *II Congreso anual-AEDA 2010: “Lineamientos para un cambio estructural de la economía argentina - Desafíos del bicentenario”*. Buenos Aires.
- Porcile, G.; Curado, M.; Cruz, M. (2011). “Patrón de especialización comercial y sus impactos sobre el desarrollo econômico brasileiro”. *III Congreso anual – AEDA 2011: “Consolidación Del modelo productivo: propuestas para La nueva década”*. Buenos Aires.
- Thirlwall, A. (1979). “The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences”. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review* 128.

